

ATA N.º 16/2015

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21.JULHO.2015

----- Aos vinte e um dias do mês de Julho de dois mil e quinze, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Margarida Maria de Sousa Correia Belém, Alcino Marcelo da Costa Pinho, Albino Jorge Cardoso Gonçalves, Filipa Isabel Pereira Mendes Teles de Noronha, José Luís Alves da Silva e Fernando Noites Peres.-----

----- Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- O Vereador senhor José Luís Alves pediu a palavra para:-----

----- Referir que relativamente aos Passadiços, acha que deveriam ser pensados locais de estacionamento no Areinho e em Espiunca, cobrando-se um valor simbólico, por exemplo €1,00 (um euro), valor esse a reverter para os Bombeiros Voluntários de Arouca ou outra instituição de solidariedade social do concelho.-----

----- Em sequência o senhor Presidente referiu que o sucesso dos passadiços nos trouxeram “um bom problema” que se chama estacionamento. Que se está a procurar, com a colaboração da G.N.R. local, ordenar o estacionamento na zona do Areinho ao longo da E.N. de forma a permitir a normal transitabilidade da estrada, assim como em Espiunca se está também a tentar fazer ao longo das estradas municipais de ligação a Canelas e a Alvarenga, embora aqui com mais dificuldade dada a pouca largura das estradas, pelo que se está a ponderar entubar as valetas fundas de forma a garantir maior largura da plataforma das vias.-----

----- Após a estabilização do público aderente, que deve diminuir numa 2.ª fase, cujos picos admite que venha, a ser de menor intensidade, não havendo, nessas circunstâncias, necessidade de investir em novos parques de estacionamento. Contudo, se se verificar que o problema persiste, procurar-se-ão soluções para o resolver.-----

----- II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

----- ATA:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a ata número 15/2015, relativa à reunião ordinária 7 de Julho corrente.-----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la.

----- 02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- Nada a registar.-----

----- 03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

21.07.2015

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 137, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €4.524.738,27 (quatro milhões quinhentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e oito euros e vinte e sete cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respetivamente, €4.061.376,56 (quatro milhões e sessenta e um mil trezentos e setenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos) e €463.361,71 (quatrocentos e sessenta e três mil trezentos e sessenta e um euros e setenta e um cêntimos).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 14.ª ALTERAÇÃO:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a 14.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projetos/ações a alterar, da qual resulta uma diminuição da dotação global definida no valor de €14.000,00 (catorze mil euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, aprovar aquele documento.-----

-----05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 14.ª ALTERAÇÃO:-----

-----Foi presente a 14.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respetivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, aprovar aquele documento.-----

-----06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - FIXAÇÃO DA TAXA:-----

-----Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Estabelece o n.º 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, que o Município, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixa a taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar em cada ano aos prédios urbanos, dentro do intervalo previsto na alínea c) do número 1 daquele artigo, ou seja, entre 0,3% e 0,5% do valor patrimonial tributário.-----

-----O Município tem vindo a aplicar uma das taxas mais reduzidas do país, sendo que no ano findo a fixou, aliás, no limite inferior daquele intervalo.-----

21.07.2015

----- Não obstante o Município padecer de uma forte redução de recursos financeiros, fruto dos cortes operados nas transferências do Orçamento Geral do Estado e da quebra de receitas provenientes de taxas municipais, entende-se que as dificuldades que a atual conjuntura económica encerra justificam a continuidade do esforço feito pela autarquia nesta matéria e, consequentemente, a aplicação da taxa mínima legalmente exigível. -----

----- A deliberação que vier a ser tomada sobre o assunto deverá ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos até 30 de Novembro, para vigorar no ano seguinte. -----

----- Deste modo, propõe-se que a Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a taxa do imposto sobre imóveis aplicável aos prédios urbanos, para vigorar no ano de 2016, em 0,3%."-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta e mandar submetê-la à consideração e apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- 07. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/LANÇAMENTO DE DERRAMA: -----

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- "Para reforçar a sua capacidade financeira o Município pode lançar anualmente uma derrama, até ao limite de 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.-----

----- A Assembleia Municipal pode também, sob proposta da Câmara, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00. -----

----- Apesar da forte redução dos recursos financeiros nos últimos anos, fruto, designadamente, dos cortes das verbas transferidas do orçamento de Estado e das quebras registadas na arrecadação das taxas municipais, entende-se que a autarquia, na atual conjuntura, na parte que lhe diz respeito, deve fazer um esforço acrescido no sentido de desagrar a carga fiscal que incide sobre os rendimentos das entidades que exercem uma atividade sujeita a IRC na área geográfica do município, como estímulo à economia local e incentivo à fixação de novas empresas. -----

----- Com efeito, a exemplo do ano anterior, pretende-se que os sujeitos passivos continuem a ser tributados, na generalidade, à taxa de 1,0% e que os que não ultrapassem €150.000,00 de volume de negócios, à taxa reduzida de 0,5%, percentagens que traduzem, tendo como referência o ano anterior, as taxas mais baixas praticadas em todo o Agrupamento de Concelhos e em toda a Área Metropolitana do Porto.-----

21.07.2015

-----A deliberação relativa à decisão tomada sobre a matéria deverá ser comunicada por via eletrónica, pela Câmara Municipal, à Direcção-Geral dos Impostos até 31 de Dezembro do ano anterior ao da cobrança, sob pena dos serviços competentes do Estado não procederem à liquidação e cobrança da derrama.-

-----Nestes termos, tendo presente o disposto no art.º 18.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e na alínea d), n.º 1, art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, PROPÕE-SE: -----

-----O lançamento de uma derrama, a cobrar em 2016:-----

-----a) À taxa de 1,0% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC); -----

-----b) À taxa reduzida de 0,5%, sobre o mesmo lucro, para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00.” -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, aprovar aquela proposta e mandar submetê-la à consideração e apreciação da Assembleia Municipal.-----

-----Os Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

-----“Sendo Arouca um concelho do interior, no seio da Área Metropolitana do Porto e no distrito de Aveiro, além de apresentar um dos PIB per capita dos mais baixos destas regiões, consideramos que o município deve utilizar as mais variadas estratégias para promover e atrair o investimento empresarial. Neste contexto, o município deve recorrer à variável fiscal para se tornar mais atrativo para os investidores.-----

-----Em face do exposto, propomos que as novas empresas que se instalem no município de Arouca e que assegurem um mínimo de 3 funcionários, sejam isentas deste imposto durante os primeiros três anos. -----

-----Para as empresas com volume de negócios inferior a 150.000 € anuais, concordamos com os 0,5% propostos.-----

-----Para as restantes empresas, considerando este período de maiores dificuldades económicas, propomos que a taxa aplicada seja de 0,75%. -----

-----Em função do exposto e considerando que a proposta do Sr. Presidente da Câmara é substancialmente diferente da apresentada por nós, assumimos a posição de votar contra.”-----

-----**08. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO IRS:** -----

-----Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das reduções

21.07.2015

previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, nos termos previstos nos artigos 25.º, n.º 1, alínea c), e 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- A participação referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.-----

----- A ausência de comunicação ou a sua receção para além do prazo estipulado equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação.-----

----- Caso a percentagem deliberada pelo Município seja inferior a 5%, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação. -----

----- Nestes termos, tendo presente o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e os artigos 25.º, n.º 1, alínea c), e 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **PROPÕE-SE:**

----- 1 – Que a Câmara Municipal delibere fixar a taxa de participação no IRS, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em 5%.-----

----- 2 – Que, no caso de merecer deferimento, a proposta seja submetida à consideração da Assembleia Municipal.”-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, aprovar aquela proposta e mandar submetê-la à consideração e apreciação da Assembleia Municipal.-----

----- Os Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

----- “Considerando que nos últimos anos os portugueses têm sido sobrecarregados com impostos, nomeadamente com a taxa de IRS, que se traduzirá numa maior arrecadação da receita, fazendo aumentar as verbas a receber pelo município e que, segundo o senhor Presidente da Câmara, o Município de Arouca goza de uma invejável “saúde financeira”, consideramos que esta saúde deve refletir-se nos seus habitantes, devendo servir para beneficiar os cidadãos que são sobrecarregados com impostos. -----

----- Em função do exposto, defendemos uma redução da Taxa de Participação do IRS para os 3%, contrariamente à proposta máxima de 5% apresentada pelo Sr. Presidente.-----

----- **09. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/CONTRATAÇÃO PÚBLICA – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:** -----

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

21.07.2015

-----“1. Por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, compete ao Presidente da Câmara autorizar a despesa até ao montante de €149.639,36 e, até esse montante, decidir a contratação e praticar os demais atos da fase pré-contratual previstos no Código dos Contratos Públicos. -----

-----2. Porém, no que respeita ao regime substantivo aplicável à execução dos contratos de empreitada, cabe ao contraente público, através da Câmara Municipal, nos termos previstos na alínea bb) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 303.º do CCP, assegurar, mediante o exercício de poderes de direção e de fiscalização, a funcionalidade da execução dos contratos de empreitada.

3. Com efeito, de modo a não por em causa o normal andamento dos trabalhos relativos às obras cuja decisão de contratar caiba nos poderes do Presidente da Câmara, propõe-se que seja delegada neste membro do órgão executivo, ao abrigo da norma prevista no n.º 1 do artigo 34.º da referida Lei n.º 75/2013 e do artigo 44.º do CPA, competência para exercer os poderes de direção e de fiscalização no âmbito da execução dos contratos de empreitada celebrados até aquele valor, designadamente os previstos no artigo 302.º do CCP, para: -----

-----a) Dirigir o modo de execução das prestações; -----

-----b) Fiscalizar o modo de execução do contrato; -----

-----c) Modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo e ao modo de execução das prestações previstas no contrato por razões de interesse público; -----

-----d) Aplicar as sanções previstas para a inexecução do contrato; -----

-----e) Resolver unilateralmente o contrato. -----

-----4. Propõe-se ainda que, ao abrigo do disposto artigo 44.º do CCP, seja delegada ao Presidente da Câmara competência para aprovar os planos de segurança e saúde (PSS) para execução das empreitadas referidas no ponto anterior, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.” -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, aprovar aquela proposta. -----

-----10. ESTACIONAMENTO/INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS PARA O JARDIM DE INFÂNCIA DE PAÇO - ALVARENGA – PROTOCOLO – PRORROGAÇÃO:-----

-----Pela Divisão de Desenvolvimento Social foi presente a seguinte proposta: -----

-----“No protocolo em anexo, devidamente assinado e aprovado, previa-se a utilização das instalações provisórias da Casa do Povo de Alvarenga, por parte JI de Paço Alvarenga, durante o ano letivo 2013/2014 prorrogável por mais seis meses. -----

21.07.2015

----- Contudo, devido a constrangimentos relacionados com os prazos de execução e entrega da obra por parte do empreiteiro, não foi possível realizar a transferência para as novas instalações antes de Junho de 2015.-----

----- Nesse sentido, propõe-se uma prorrogação de prazo por mais quatro meses, com término a 30 de Junho de 2015 e o pagamento das respetivas despesas no valor total de 1000 €, 250 € mensais.”-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, aprovar aquela proposta.-----

----- 11. ENSINO BÁSICO/TRANSPORTE DA POPULAÇÃO ESCOLAR - ANO LETIVO 2015/2016 – ADJUDICAÇÃO: -----

----- Foram presentes à consideração da Câmara as propostas concorrentes ao concurso público para a prestação dos serviços de transporte da população escolar no próximo ano letivo, acompanhadas do relatório do júri que procedeu à sua análise.-----

----- Face às conclusões do júri referido, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade: -----

----- 1. Adjudicar os circuitos: -----

----- Número 1 – **(Mizarela - Merujal - Provesende – Saril - Pólo Escolar de Rossas – Mizarela)** à concorrente Fernando Morgado Regalo, Transportes Unipessoal, Lda, pelo valor diário proposto de €60,00 (sessenta euros);-----

----- Número 3 – **(Póvoa Reguenga - Souto Redondo - Lourosa de Matos - Pólo Escolar de Rossas - Póvoa Reguenga)**, ao concorrente Manuel da Silva Esteves, pelo valor diário de €22,00 (vinte e dois euros);-----

----- Número 4 – **(Silveiras - Covêlo de Paivó - Rio de Frades- Telhe - Cela - Boucegedim - EB1 de Ponte Telhe - Silveiras)** ao agrupamento constituído pelas empresas André Azevedo Transporte de Passageiros Unipessoal, Ld.^a e Mais Além Cooperativa de Serviços C.R.L., pelo valor diário proposto de €75,00 (setenta e cinco euros);-----

----- Número 5 – **(Gamarão de Baixo - Mealha - Pólo Escolar de Canelas - Gamarão de Baixo)** à concorrente Fernando Morgado Regalo, Transportes Unipessoal, Lda, pelo valor diário proposto de €20,00 (vinte euros); -----

----- Número 6 – **(Serabigões - Vila Cova - Pólo Escolar de Canelas - Serabigões)** à concorrente Fernando Morgado Regalo, Transportes Unipessoal, Lda, pelo valor diário proposto de €20,00 (vinte euros); -----

----- Número 7 – **(Santa Maria do Monte - EB1 da Boavista - Santa Maria do Monte)** ao concorrente Manuel da Silva Esteves, pelo valor diário proposto de €15,00 (quinze euros);-----

21.07.2015

-----Número 8 – (**Ribeiro Grande - Monte Moção - Parada – Chãos - Vinhas – Minhãos - EB1 da Boavista - Ribeiro Grande**) ao agrupamento constituído pelas empresas André Azevedo Transporte de Passageiros Unipessoal, Ld.^a e Mais Além Cooperativa de Serviços C.R.L., pelo valor diário proposto de €50,00 (cinquenta euros);-----

-----Número 9 – (**Pedrogão - Fuste - Cavadas – Martingo - EB1 Paços (Moldes) – Pedrogão**), ao agrupamento constituído pelas empresas André Azevedo Transporte de Passageiros Unipessoal, Ld.^a e Mais Além Cooperativa de Serviços C.R.L., pelo valor diário proposto de €17,00 (dezassete euros);-----

-----Número 11 – (**Póvoa Reguenga - Provesende - Quintela - Bouça - Pólo Escolar de Chave - Póvoa Reguenga**), ao agrupamento constituído pelas empresas Táxis Miguel & Correia, Ld.^a e J. Damásio e Amorim Ld.^a, pelo valor diário proposto de €52,30 (cinquenta e dois euros e trinta centavos);-----

-----Número 12 – (**Vale Galhardo - Paredes - Pólo Escolar de Chave - Vale Galhardo**), ao concorrente Carlos Alberto Leite Araújo, pelo valor diário proposto de €15,00 (quinze euros);-----

-----Número 13 – (**Lázaro - Viso - Baloca - Baía - Covelas - Belece - Pólo Escolar de Fernedo - Lázaro**), à concorrente Viagens Lobão II, S. A., pelo valor diário proposto de €55,00 (cinquenta e cinco euros);--

-----Número 14 – (**Carvalho Redondo - Mosteirô - Pólo Fernedo - Carvalho Redondo**), à concorrente Viagens Lobão II, S. A., pelo valor diário proposto de €43,35 (quarenta e três e trinta e cinco centavos);-----

-----Número 15 – (**Ribeira - Moinhos do Meio - Panaceira - Aldeia - Carvalho - EB1 S. João - Ribeira**), ao agrupamento constituído pelas empresas Táxis Feiteira, Ld.^a, Ambrósio Moreira e Coelho, Ld.^a e Vítor Manuel Mendes Coelho Almeida, pelo valor diário proposto de €28,45 (vinte e oito euros e quarenta e cinco centavos);-----

-----Número 16 – (**Pousadouro - Amieiro - Pedras Chãs - Tropeço - Lamas - Ferreiros - Bacelo - Santa Bárbara - EB1 de S. João - Pousadouro**), ao agrupamento constituído pelas empresas Táxis Feiteira, Ld.^a, Ambrósio Moreira e Coelho, Ld.^a e Vítor Manuel Mendes Coelho Almeida, pelo valor diário proposto de €53,44 (cinquenta e três euros e quarenta e quatro centavos);-----

-----Número 19 – (**Tebilhão - Adaúfe - Espinho - Bustelo - Penso - Arouca - Tebilhão**), ao agrupamento constituído pelas empresas André Azevedo Transporte de Passageiros Unipessoal Ld.^a e Mais Além Cooperativa de Serviços C.R.L., pelo valor diário proposto de €65,00 (sessenta e cinco euros);-----

-----Número 20 – (**Chãos - ESA - Chãos**), ao concorrente Carlos Almeida Brandão, pelo valor diário proposto de €13,20 (treze euros e vinte centavos);-----

-----Número 21 – (**Avitureira - Mealha - ESA - Avitureira**), à concorrente António Augusto de Almeida, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €28,00 (vinte e oito euros);-----

21.07.2015

----- Número 22 – (**Ferreiros de Baixo (Tropeço) - Murça (Santa Eulália) - ESA - Ferreiros de Baixo (Tropeço)**), ao agrupamento constituído pelas empresas Táxis Feiteira, Ld.^a, Ambrósio Moreira e Coelho, Ld.^a e Vítor Manuel Mendes Coelho Almeida, pelo valor diário proposto de €15,95 (quinze euros e noventa e cinco cêntimos);-----

----- Número 23 – (**Senras - Pé da Cruz - Várzea - Reguengo - Nogueiró - ESA - Senras**), ao concorrente Manuel da Silva Esteves, pelo valor diário proposto de €22,40 (vinte e dois euros e quarenta cêntimos);-----

----- Número 24 – (**Lameira Branca - Fundo Lugar Vila Chã - Juntas - EBS de Escariz - Lameira Branca**), ao agrupamento constituído pelas empresas Táxis Miguel & Correia, Ld.^a e J. Damásio e Amorim Ld.^a, pelo valor diário proposto de €32,30 (trinta e dois euros e trinta cêntimos);-----

----- Número 25 – (**Chãs - EBS Escariz - Chãs**), à concorrente Viagens Lobão II, S. A., pelo valor diário proposto de €16,00 (dezanove euros);-----

----- Número 26 – (**Lázaro - Viso - Baía - Covelas - EBS de Escariz - Lázaro**), à concorrente José Gonçalves Oliveira, Ld.^a, pelo valor proposto de €43,85 (quarenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos);-----

----- Número 28 – (**Folgozinho - S. João - Folgozinho**), ao agrupamento constituído pelas empresas Táxis Feiteira, Ld.^a, Ambrósio Moreira e Coelho, Ld.^a e Vítor Manuel Mendes Coelho Almeida, pelo valor diário proposto de €13,39 (treze euros e trinta e nove cêntimos);-----

----- Número 29 – (**Eiras - Cabeçais - Eiras**), à concorrente José Gonçalves Oliveira Ld.^a, pelo valor diário proposto de €19,75 (dezanove euros e setenta e cinco cêntimos);-----

----- Número 33 – (**Gestosa - Pólo Fermado - Gestosa**), ao concorrente Carlos Alberto Leite Araújo, pelo valor diário proposto de €14,50 (catorze euros e cinquenta cêntimos);-----

----- Número 34 – (**Lourosa de Campos - Pólo Escolar do Burgo - Lourosa de Campos**), ao concorrente Luís Miguel Teixeira Pinto Brandão, pelo valor diário proposto de €11,00 (onze euros);-----

----- **2.** Não adjudicar os circuitos número 2 – (S. Lourenço - Olival - Forno Telheiro - Cela- Várzea - Pólo Escolar de Rossas - S. Lourenço), número 10 – (Soutelo - Regada - Pólo Escolar de Chave – Soutelo), número 18 – (S. Mamede - Monte Moção - Ribeiro Grande - Novais - ESA - S. Mamede), número 27 – (Serabigões - Vila Cova – Serabigões), número 30 – (Silveiras - Telhe - Ponte Telhe - Silveiras), número 31 – (Vila Viçosa - Espiunca - Pólo Escolar de Canelas - Vila Viçosa) e número 32 – (EB1 de S. João - Pólo Escolar do Burgo - EB1 de S. João), por não ter sido recebida qualquer proposta para a sua execução, ficando o concurso, na parte que lhes respeita, sem efeito útil.-----

----- **3.** Não adjudicar o circuito número 17 – (Provesende - Saril - EB1 da Boavista - Pólo Escolar do Burgo - Provesende), na medida em que os alunos a que se refere este circuito, serão objeto de transporte

21.07.2015

especial a assegurar pelo Ministério da Educação e Ciência, conforme comunicação feita pela Direção do Agrupamento de Escolas.-----

-----12. ENSINO BÁSICO/CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTE DA POPULAÇÃO ESCOLAR (CIRCUITOS 2, 10, 18, 27, 30, 31 E 32) – ANO LETIVO 2015/2016 – PARECER PRÉVIO:-----

-----Foi presente uma proposta da DPO, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, a propor que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 12, art.º 75.º, do Orçamento de Estado de 2015 e na Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de transporte da população escolar (circuitos 2, 10, 18, 27, 30, 31 e 32) – ano letivo 2015/2016, nos termos e condições ali previstos.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta.-----

-----13. CULTURA/AQUISIÇÃO DE DVD PARA OFERTA:-----

-----Pela Divisão de Desenvolvimento Social foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Como tem conhecimento, a autarquia adquiriu no ano passado 50 exemplares do documentário “Drave: uma montanha do tamanho do homem” em suporte digital (DVD) + *booklet*, pelo preço de 12,90€ (IVA já incluído). Este documentário é uma produção da Cimbalino Filmes e da Base Nacional da IV Corpo Nacional de Escutas, sob produção e realização de João Nuno Brochado e Coordenação de Paulo Natividade.-----

-----Esta edição é um recurso de inegável interesse para a promoção do nosso património e das nossas aldeias tradicionais, designadamente de DRAVE, único no mercado, que aborda a aldeia tradicional, as gentes que por lá passaram, a história da terra, denotando o misticismo que esta faz sentir em quem a visita.-----

-----Pelos aspetos atrás referidos, por ser, no momento, um dos recursos promocionais de Arouca mais interessantes e porque a câmara municipal já ofereceu a totalidade dos DVDs adquiridos no ano passado, propõe-se que a autarquia adquira à Cimbalino Filmes Ld.ª, NIF: 508340136, também para oferta, mais 50 exemplares desta edição especial pelo preço unitário de 12,90€ no total de 645€ com iva incluído.”-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede.-----

-----14. CULTURA/CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ESPETÁCULO SONS DA PRAÇA – PARECER PRÉVIO:-----

-----Foi presente uma proposta da DPO, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, a propor que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 12, art.º 75.º, do Orçamento de Estado de 2015 e na Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de realização do espetáculo “Sons da Praça”, nos termos e condições ali previstos.-----

21.07.2015

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

----- 15. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (AULAS DAS DIVERSAS MODALIDADES E NADADOR SALVADOR) NOS COMPLEXOS DESPORTIVOS DE AROUCA E ESCARIZ – (RENOVAÇÃO DE CONTRATOS) - PARECER PRÉVIO: -----

----- Foi presente uma proposta da DPO, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, a propor que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 12, art.º 75.º, do Orçamento de Estado de 2015 e na Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços (aulas das diversas modalidades e nadador salvador), nos Complexos Desportivos de Arouca e de Escariz (renovação do contratos), nos termos e condições ali previstos. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede. -----

----- 16. URBANIZAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ENVOLVENTES AO MOSTEIRO DE AROUCA – TRABALHOS COMPLEMENTARES – REVISÃO DE PREÇOS: -----

----- Foram presentes à consideração da Câmara os cálculos da revisão de preços referente à empreitada em epígrafe, de que resulta a importância de €1.522,37 (mil quinhentos e vinte e dois euros e trinta e sete cêntimos) a favor do município. -----

----- Face à informação da DPO, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela revisão de preços. -----

----- 17. URBANIZAÇÃO/ARRANJO URBANÍSTICO DA PRAÇA SÁ CARNEIRO E ENVOLVENTE AO POLO DE AROUCA – REVISÃO DE PREÇOS: -----

----- Foram presentes à consideração da Câmara os cálculos da revisão de preços referente à empreitada em epígrafe, de que resulta a importância de €6.300,00 (seis mil e trezentos euros) a favor do município. -----

----- Face à informação da DPO, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela revisão de preços. -----

----- 18. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL/LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA MATA, AROUCA – ALTERAÇÃO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a alteração ao projeto do loteamento industrial da Mata, Arouca, promovido pela Câmara Municipal. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela alteração. -----

----- 19. TURISMO/CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – LIMPEZA DA ZONA ENVOLVENTE AOS PASSADIÇOS DO PAIVA – PARECER PRÉVIO: -----

21.07.2015

-----Foi presente uma proposta da DPO, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, a propor que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 12, art.º 75.º, do Orçamento de Estado de 2015 e na Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza da zona envolvente aos passadiços do Paiva, nos termos e condições ali previstos.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede.-----

-----20. LICENCIAMENTO DE OBRAS/AROUCONTA-CONTABILIDADE E GESTÃO, LD.^a, (ALAMEDA D. DOMINGOS DE PINHO BRANDÃO, AROUCA):-----

-----Foi presente o processo de obras número 14/2014, de Arouconta-Contabilidade e Gestão, Ld.^a, com sede na Alameda D. Domingos de Pinho Brandão, acompanhado do requerimento registado sob o número 247/DAU, nesta vila, em 17 de Setembro do ano findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de alterar a fachada do edifício sito na referida alameda.-----

-----Face à informação da DAU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente, uma vez que a pretensão não obteve parecer favorável da Direção Regional da Cultura do Norte, exigível nos termos do disposto n.º 4, art.º 43.º, da Lei número 107/2001, de 8 de Setembro.-----

-----21. LICENCIAMENTO DE OBRAS/FILIPE HARRIS SEARA CARDOSO, (CARVALHAIS, ALVARENGA):-----

-----Foi presente o processo de obras número 4/2015, de Filipe Harris Seara Cardoso, residente na Rua Cabo Carvoeiro, 149, Perafita, acompanhado do requerimento registado sob o número 247/DAU, em 20 de Fevereiro, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de alterar e ampliar o edifício sito no lugar de Carvalhais, freguesia de Alvarenga.-----

-----Face à informação da DAU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente, uma vez que a pretensão contraria o disposto na alínea b), n.º 4, art.º 26.º, do regulamento do PDM por prever área de construção líquida superior a 46,87 m², não se enquadrando na exceção prevista na alínea c), n.º 5, art.º 19.º do mesmo regulamento.-----

-----22. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ANTÓNIO MANUEL AIRES OUTOR, (SERRADO DO MONTE CALVO, BURGO):-----

-----Foi presente o processo de obras número 34/2005, de António Manuel Aires Outor, acompanhado da informação da DAU a dar conta que o requerente não apresentou, dentro do prazo legalmente fixado, os projetos das especialidades respetivos, pelo que, nos termos do disposto no n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei

21.07.2015

número 555/99, de 16 de Dezembro, há lugar à caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura a que se refere aquele processo.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade daquele ato. -----

----- 23. LOTEAMENTOS/ANTÓNIO DA ROCHA SANTOS, (CASINHA, SANTA EULÁLIA): -----

----- Foi presente o processo de loteamento número 09/2000, de António da Rocha Santos, residente em Casinha, Santa Eulália, acompanhado do requerimento registado sob o número 544/DAU, em 22 de Abril findo, a solicitar a vistoria às obras de urbanização respetivas tendo em vista a libertação da caução prestada para garantir a sua boa e integral execução.-----

----- Face às conclusões da comissão de vistoria, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, receber definitivamente as obras de urbanização e ordenar a libertação da referida caução.----

----- 24. DIVERSOS/CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ALUGUER, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ILUMINAÇÃO FESTIVA – FEIRA DAS COLHEITAS 2015 – PARECER PRÉVIO:-----

----- Foi presente uma proposta da DPO, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, a propor que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 12, art.º 75.º, do Orçamento de Estado de 2015 e na Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de aluguer, instalação, manutenção e desmontagem de iluminação festiva – Feiras das Colheitas 2015, nos termos e condições ali previstos. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

----- 25. DIVERSOS/REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE AROUCA: --- -----

----- Foi presente a consideração da Câmara a proposta de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Arouca. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar submeter o projeto de regulamento a consulta pública, pelo período de trinta dias, para recolha de sugestões, nos termos e em cumprimento do disposto nos art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número 4/2015, de 7 de Janeiro.-----

----- 26. DIVERSOS/REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS EM OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:-----

21.07.2015

-----Foi presente a proposta de Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Edificação e Taxas em Operações Urbanísticas, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar submeter o projeto de regulamento a consulta pública, pelo período de trinta dias, para recolha de sugestões, nos termos e em cumprimento do disposto no n.º 3 art.º 3.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação.-----

-----27. DIVERSOS/MANUEL FRANCISCO FERREIRA – CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE: -----

-----Foi presente à consideração da Câmara o auto da vistoria realizada ao prédio sito no lugar de Alagoas, freguesia de Escariz, propriedade do senhor Manuel Francisco Ferreira, para avaliar as suas condições de salubridade.-----

-----Face às conclusões da comissão de vistorias, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, nos termos do disposto na alínea w), art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e no n.º 2, art.º 89.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na redação em vigor, ordenar a realização das obras constantes do referido auto e no prazo aí proposto.-----

-----28. DIVERSOS/FORNECIMENTO DE GÁS PROPANO A GRANEL PARA 2015/2016 – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS: -----

-----Foram presentes à consideração da Câmara o caderno de encargos e o programa de procedimento para o fornecimento de gás propano a granel para 2015/2016.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar o referido fornecimento, adotar o procedimento de concurso público para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, nos termos do disposto no CCP.-----

-----29. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES AO MOSTEIRO DE AROUCA - CAFETARIA DO PARQUE E ARRANJO URBANÍSTICO DA ZONA ENVOLVENTE AO POMBAL – AUTOS N.º 30 E 31: -----

-----Foram presentes os autos de medição de trabalhos número 30 e 31, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respetivamente, €42.074,54 (quarenta e dois mil e setenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos) e €7.377,19 (sete mil trezentos e setenta e sete euros e dezanove cêntimos).-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.-----

-----30. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/ARRANJO URBANÍSTICO DO ENTRONCAMENTO AO LARGO DA FEIRA - 1.ª FASE - REFORMULAÇÃO DO ENTRONCAMENTO COM A E.R. 326-1 (ALVARENGA) – AUTO N.º 6: -----

21.07.2015

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos números 6, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €13.321,26 (treze mil trezentos e vinte e um euros e vinte e seis cêntimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 57.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.-----

----- Eram 15 horas e 45 minutos.-----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, _____, Assistente Técnica, que a redigi.-----